



MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.
Companhia Aberta – Código CVM 13.765

CNPJ 90.076.886/0001-40 – NIRE 43300031161
Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535 – Bairro São Cristóvão – Lajeado (RS)

Manual para Participação de Acionistas
e
Proposta da Administração

Assembleia Geral

Ordinária

Realização:

25 de abril de 2018 às 10:30 horas

Código de negociação na BM&FBOVESPA: MNPR3

S u m á r i o

- 1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor de Relações com Investidores**
 - 2. Proposta da Administração**
 - 3. Informações Gerais sobre Assembleia Geral**
 - 3.1 – Assembleia Geral Ordinária – AGO**
 - 4. Orientações para Participação nas Assembleias Gerais**
 - 4.1 – Acionistas**
 - 4.2 – Procuradores**
 - 5. Aviso aos Acionistas e Edital de Convocação**
 - 6. Informações Complementares sobre as Matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral Ordinária, de 14 de abril de 2016, 10h00min**
 - 6.1 – Assembleia Geral Ordinária – AGO**
- Anexo I - Relatório Anual dos Administradores com Declaração da Diretoria Relativa aos Auditores Independentes, Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria**
- Anexo II - Parecer dos Auditores Independentes - Michelin & Puerari Auditores e Consultores SS**
- Anexo III - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**
- Anexo IV - Parecer do Conselho Fiscal**
- Anexo V - Destinação do Lucro Líquido**
- Anexo VI - Comentários dos Administradores Relativos à Situação Financeira da Companhia**
- Anexo VII- Currículos dos Candidatos Indicados para Administradores e as Informações Indicadas nos Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência**
- Anexo VIII - Informações sobre a Remuneração dos Administradores**

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor de Relações com Investidores

Lajeado (RS), 16 de março de 2018.

Prezados Acionistas da Minupar Participações S/A.

É com satisfação que apresentamos a “Proposta da Administração” da Companhia, contendo todas as informações a respeito das matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25 de abril de 2018 às 10h30min, bem como orientações para o exercício de seu direito de voto.

Aproveitamos o ensejo para convidá-los para participarem da referida Assembleia Geral, a qual será realizada na sede da Companhia, localizada na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1.535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado (RS).

Os assuntos a serem tratados constam da ordem do dia e estão descritos no Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre-RS) e no jornal O Informativo do Vale (Lajeado-RS) e estão disponíveis na página da rede mundial de computadores da Companhia, www.minupar.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br e BM&FBovespa, www.bmfbovespa.com.br.

A Proposta em referência apresenta, de forma clara e objetiva, informações adicionais à Assembleia Geral, possibilitando aos Senhores participarem de questões relevantes para a Companhia, a qual vem atuando de modo a aprimorar suas práticas de Governança Corporativa.

Desde já colocamo-nos à disposição para informações adicionais a respeito do assunto em foco.

Cordialmente.

Antonio Carlos Rago Cano
Presidente do Conselho de Administração

Samuel Heydt
Diretor de Relações com Investidores

2. Proposta da Administração

O Conselho de Administração da Minupar Participações S/A, vem apresentar aos Senhores Acionistas as seguintes propostas, a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25 de abril de 2018:

1- Aprovar o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Relatório da Auditoria Externa, e demais atos e documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2017, enviados à CVM e BM&FBOVESPA no dia 22 de março de 2018. (ANEXO I a IV)

2 - Eleger, com mandato de 1 ano, os membros do Conselho de Administração - Poderão ser eleitos para compor o Conselho de Administração pessoas naturais, residentes no País. O Conselho de Administração será composto de, no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) membros, o Presidente e até 2 vice-presidentes serão eleitos pelos seus membros, podendo ser reeleitos. (ANEXO VII)

3 - Fixar a Remuneração Global dos Administradores - Fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2018, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), cabendo ao Conselho de Administração, em reunião específica, proceder a individualização da remuneração dos administradores. (ANEXO VIII)

4 - Não haverá deliberação sobre destinação do Lucro Líquido e distribuição de dividendos em virtude da Companhia ter registrado prejuízo, conforme disposto no Anexo 9, 1, II Instrução CVM n 481. (ANEXO V)

É o que o Conselho de Administração tem a propor e espera seja analisado e aprovado pelos Senhores acionistas.

Lajeado, 16 de março de 2018.

Conselho de Administração

3. Informações Gerais Sobre Assembleia Geral Ordinária

As matérias relativas às Assembleias Gerais estão regulamentadas nos Arts. 121 a 137 da Lei 6.404/76 e nos Arts. 15 a 17 do Estatuto Social da Companhia.

A convocação das Assembleias Gerais é realizada mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora de realização, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto a indicação da matéria. A primeira convocação é realizada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e a segunda convocação com 8 (oito) dias.

Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Capital Social com direito a voto e em segunda convocação com qualquer número de acionistas presentes.

Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

As Assembleias Gerais da Companhia serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por acionista indicado pelos presentes ou, na falta do Presidente do Conselho de Administração, o presidente será escolhido dentre os acionistas presentes.

3.1 Assembleia Geral Ordinária - AGO

De acordo com a legislação vigente, as Sociedades por Ações devem realizar a Assembleia Geral Ordinária no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para tratar das seguintes matérias:

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras. Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, conforme determinado pela legislação vigente, serão disponibilizados aos acionistas: (i) Relatório Anual dos Administradores; (ii) Cópia das Demonstrações Financeiras; (iii) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia; (iv) Parecer dos Auditores Independentes; (v) Parecer do Conselho Fiscal, quando instalado e (vi) Comunicação de que os documentos da administração estão disponíveis, nos termos do disposto no art. 133 da Lei 6.404/76.

b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, será disponibilizada aos acionistas a proposta de destinação do lucro líquido, nos termos da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM 481/2009.

c) Eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso. Quando a AGO for convocada para eleger administradores e/ou membros do Conselho Fiscal, até a data de publicação do primeiro anúncio de convocação, serão disponibilizados aos acionistas as informações exigidas pela legislação, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores.

Poderão ser eleitas para os órgãos de administração, pessoas naturais, residentes no País, acionistas ou não.

É facultado aos acionistas com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os

membros do Conselho, é reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral, cabendo à mesa dirigente informar previamente aos acionistas, à vista do “Livro de Presenças”, o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

O exercício do processo de voto múltiplo está regulado pela Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, estabelecendo uma escala que varia de acordo com o Capital Social. Na Companhia este percentual é de 5% (cinco por cento).

Observadas as condições previstas nos §§ 4º e 5º do art. 141 da Lei 6404/76, é facultado aos acionistas minoritários que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto, eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração.

A legislação dispõe que as sociedades por ações terão um Conselho Fiscal e o Estatuto disporá sobre o seu funcionamento permanente ou nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas. O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente e quando em funcionamento, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato até a próxima AGO.

De acordo com a Lei 6404/76 e Estatuto Social, a instalação do Conselho Fiscal pode ser requerida por acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto. No entanto a CVM, através da Instrução CVM 324, de 19/12/2000, reduziu tais percentuais, estabelecendo uma escala vinculada ao valor do capital social. Na Companhia o Conselho Fiscal poderá ser instalado, por solicitação de acionistas que representarem, no mínimo, 4% (quatro por cento) das ações ordinárias, com direito a voto.

Poderão ser eleitos para compor o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomados em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador em empresa ou Conselho Fiscal.

Conforme previsto no art. 18, § 2º do Estatuto Social, cabe ainda à Assembleia Geral, fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. A verba sendo votada de forma global caberá ao Conselho de Administração a sua individualização.

4. Orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária

4.1 Acionistas

Os acionistas da Companhia poderão participar da Assembleia Geral, comparecendo ao local da sua realização e declarando seu voto a respeito das matérias a serem votadas.

Para participar e votar na referida Assembleia os acionistas deverão observar o seguinte:

(i) Apresentar documento de identidade e constar no relatório obtido pela Companhia, junto a instituição financeira custodiante como titular das ações de emissão da Companhia. O referido relatório será emitido no dia anterior ao da realização da assembleia.

(ii) Os acionistas pessoas jurídicas, como sociedades empresárias e fundos de investimento, deverão ser representados de conformidade com seus atos constitutivos e deverão entregar os documentos comprobatórios da regularidade da representação.

Antes de se instalarem as Assembleias Gerais, os acionistas assinarão o Livro de Presenças, com a indicação de seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares e/ou representarem.

4.2 Procuradores

Os acionistas poderão também ser representados por procurador constituído há menos de um ano, desde que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos.

As procurações deverão ter o reconhecimento de firma do outorgante em tabelionato de notas e seus textos devem estar de acordo com a Lei 6404/76 e com o Código Civil Brasileiro.

Quando o acionista se fizer representar por procurador, a regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início das Assembleias Gerais.

Conforme faculta o Art. 17 do Estatuto Social, visando dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos das Assembleias Gerais, a comprovação de titularidade das ações e o instrumento de mandato podem, a critério da administração, ser solicitados para que sejam depositados com antecedência de, pelo menos, 48 horas antes da previsão de realização das Assembleias Gerais. Cópia da documentação poderá ser encaminhada por correio eletrônico para o endereço dri@minupar.com.br.

O endereço da sede da Companhia para o envio dos documentos é:

Minupar Participações S/A. – Relações com Investidores
Av. Senador Alberto Pasqualini, 1535 – Bairro: São Cristóvão
CEP 95913-162 – LAJEADO (RS)

5. Aviso aos Acionistas, Edital de Convocação e Demonstrações Contábeis

O Aviso aos Acionistas e Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária, de que trata o Art. 124 da Lei 6404/76, a ser realizada no dia 25 de abril de 2018, serão publicados nas edições de 19, 20 e 21 de março de 2018, nos jornais “O Informativo do Vale” e “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul”. As Demonstrações Contábeis serão publicadas nos jornais “O Informativo do Vale” e “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul”, nos prazos legais.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os acionistas da Minupar Participações a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 25 de abril de 2018, às 10:30 horas, na sede da empresa, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: (a) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2017; (b) eleger os membros do Conselho de Administração e; (c) fixar a remuneração dos administradores.

Comunicamos que se encontram à disposição dos acionistas, na sede da empresa, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2017. Lajeado, RS, 16 de março de 2018.

Antônio Carlos Rago Cano, Chao Em Ming, Cynthia Christina da Silva Vello e Welinton Balderrama dos Reis
Conselho de Administração

6. Informações complementares sobre as matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2018.

Todos os documentos relativos à Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária encontram-se disponíveis nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, www.minupar.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br e BM&FBovespa, www.bmfbovespa.com.br.

6.1 Assembleia Geral Ordinária – AGO

(a) Analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes, e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2017.

O Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, auditadas pela Michelin & Puerari Auditores e Consultores SS, foram apreciadas pelos membros do Conselho de Administração, que as consideraram em condições de serem submetidas aos acionistas.

Tais documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, foram disponibilizados aos acionistas em nossa sede social, na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, Lajeado (RS) a partir de 19 de março de 2018.

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia está disponibilizando os comentários dos administradores, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

(b) Eleger, com mandato de 1 ano, os membros do Conselho de Administração.

Poderão ser eleitos para compor o Conselho de Administração pessoas naturais, residentes no País. O Conselho de Administração é composto de, no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) membros, o Presidente e até 2 vice-presidentes serão eleitos pelos seus membros. O mandato dos conselheiros é de 1 (um) ano, podendo serem reeleitos.

É facultado aos acionistas com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho, é reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral, cabendo à mesa dirigente informar previamente aos acionistas, à vista do “Livro de Presenças”, o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

O exercício do processo de voto múltiplo está regulado pela Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98 estabelecendo uma escala que varia de acordo com o Capital Social. Na Companhia este percentual é de 5% (cinco por cento).

(c) Fixar a Remuneração Global dos Administradores.

De acordo com a determinação da Lei 6404/76 e § 2º do art. 18 do Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores.

Será submetida à Assembleia Geral Ordinária, proposta de fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2018, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Cabe ao Conselho de Administração, em reunião específica, proceder a individualização da remuneração dos administradores.

Anexo I – Relatório Anual dos Administradores – 2017, com Declaração da Diretoria relativa aos Auditores Independentes, Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas e Relatório da Auditoria.

Anexo II – Parecer dos Auditores Independentes – Michelin & Puerari Auditores e Consultores SS

Anexo III – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Anexo IV – Parecer do Conselho Fiscal

Anexo V – Destinação do Lucro Líquido

Anexo VI – Comentários dos Administradores Relativos à Situação Financeira da Companhia

Anexo VII – Currículo dos Candidatos a membros do Conselho de Administração e as Informações Indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

Anexo VIII – Informações sobre a Remuneração dos Administradores

Anexo I - Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem aos Acionistas,

É com satisfação que estamos publicando o relatório da administração e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Minupar Participações S.A. referentes ao exercício de 2017. As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as informações da Companhia, de suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM).

As despesas gerais e administrativas consolidadas se mantiveram dentro dos valores orçados no ano de 2017, enquanto que seu faturamento líquido consolidado atingiu R\$ 190 milhões, que comparado ao ano de 2016 apresentou uma redução de R\$ 6 milhões. No exercício de 2017 a Companhia regularizou R\$ 57 milhões relativo a débitos fiscais através da adesão ao programa de parcelamento "PERT" - programa especial de regularização tributária.

Perspectivas

A Companhia e suas controladas, através de suas operações, buscam contínua otimização dos processos, com ênfase na modernização de suas plantas industriais e crescimento gradativo e sustentável da operação própria de industrializados, voltada à produção para os mercados interno e externo, bem como a consolidação dos contratos de parceria com terceiros e ainda alternativas de recomposição para solução de seus passivos tributários remanescentes.

Mercado de Capitais

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

Quantidade de ações em 31/12/2017	7.100
Prejuízo líquido do exercício (consolidado)	(25.363)
Resultado diluído por ação	(3,57220)

Relacionamento com os Auditores Externos

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Companhia e suas controladas tem como política não contratar os auditores independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. No decorrer dos exercícios de 2016 e 2017 os nossos auditores independentes não tiveram nenhum outro contrato de serviços com esta Companhia e suas Controladas.

Declaração da Administração

Em atendimento ao disposto na instrução CVM 480/2009, os administradores declaram que revisaram e analisaram as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e que concordam com as mesmas, bem como com as opiniões, individual e consolidada, expressas no relatório dos auditores independentes.

Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e a dedicação de nosso quadro de colaboradores.

Lajeado, 19 de março de 2018.

A Administração.

Anexo II - Parecer dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho e Acionistas da

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.

Lajeado - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Minupar Participações S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Minupar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

O montante de R\$ 34.369 mil, da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, refere-se à saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4. Este processo foi analisado em 31 de dezembro de 2017 pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais emitiram relatório indicando a probabilidade de êxito como "possível" (nota 7 a). Considerando a avaliação, a Companhia procedeu o registro da provisão para perda deste crédito, com isso, não afeta a posição patrimonial da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta, realizou parcelamentos de débitos fiscais mediante adesão do PERT - Programa especial de regularização tributária, tanto de valores que se encontravam no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, concluindo a formalização do pedido de parcelamento em novembro de 2017, todos os efeitos da adesão foram devidamente calculados e registrados, tendo como saldo remanescente R\$ 12.156 mil em 31/12/2017, conforme nota explicativa 14 a. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Companhia e sua controlada indireta (nota explicativa nº 14.1) optaram em incluir parte do passivo tributário nos Parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, bem como quitar de forma antecipada parcelamentos tributários correntes com os benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nos parcelamentos e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais.

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014 e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. Em abril de 2016 a Companhia Minuano de Alimentos renovou, por prazo determinado, o contrato de prestação de serviço de abates de aves que mantinha junto à outra empresa do ramo, bem como continuam os esforços para controle de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização dos resultados da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia e suas controladas continuarem operando.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Crédito de prêmio IPI

O reconhecimento do crédito de IPI da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, está sob discussão judicial e em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecida a provisão para perda deste crédito.

Nosso procedimento quanto ao assunto incluíram, a avaliação apresentada através do relatório dos assessores jurídicos da Companhia do processo de crédito que está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4, assim como as indicações constantes na norma brasileira de contabilidade técnica geral nº 25 - "NBC TG 25", aprovada pela comissão de valores mobiliários através da instrução CVM nº 594/09, a Companhia procedeu adequadamente o reconhecimento da provisão para perda deste crédito, embora entenda que existe grande chance deste valor ser convertido no futuro. Também, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre o assunto, nas notas explicativas 7.a e 25, que foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

PERT - Programa especial de regularização tributária

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos aderiu ao PERT – Programa especial de regularização tributária e todos os efeitos da adesão foram calculados e registrados.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o entendimento e verificação dos registros especificamente relacionados aos processos de reconhecimento de débitos tributários e reduções, procedimentos de confirmação dos pagamentos e avaliação do reconhecimento da compensação e receita do benefício em função da adesão ao parcelamento. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto, incluídas nas notas explicativas 14 a e 26.

Propriedades para Investimentos

Os ativos mantidos como propriedades para investimentos da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos foram revisados pela Companhia (nota 8), e alguns saldos sofreram reclassificação contábil. Os valores das propriedades para investimentos relacionados a terrenos e obras cíveis apresentados em 31 de dezembro de 2017 foram avaliados por meio de cotação junto a imobiliárias e outros ativos foram avaliados pela própria Companhia de forma individual, todos os ajustes foram devidamente registrados. Esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria para cobrir o risco de erros na conta de propriedade para investimento incluíram, dentre outros: verificação em base amostral de inventário patrimonial e verificação dos trabalhos da avaliação da imobiliária e teste documental e inspeção física, em base amostral; revisão das conciliações realizadas entre as bases dos relatórios patrimoniais com os respectivos saldos contábeis; análise da finalidade e objetivo dos bens e a necessidade de ajuste por perda de ativo e desta análise identificou-se valores superiores ao de avaliação. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto, incluídas na nota explicativa 8.

Provisões e passivos contingentes – tributárias, trabalhistas e cíveis – Consolidado

Conforme descrito nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº17, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A mensuração, o reconhecimento contábil como uma provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a essas ações judiciais e processos administrativos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem impactar significativamente no montante de provisão reconhecido nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para escrituração das respectivas provisões, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e a aplicação adequada e consistente do julgamento durante todos os períodos apresentados. Analisamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como a comparação com jurisprudência existente para os casos mais significativos. Obtivemos evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, reclamatórias e posições tributárias adotadas, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais preparados por assessores tributários e/ou jurídicos internos e externos, bem como a obtenção de confirmações externas dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos envolvendo os casos mais significativos. Avaliamos ainda a adequação das divulgações da Companhia em relação aos litígios provisionados e aqueles com prognóstico de perda possível.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e

emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da controladora e controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da controladora Minupar Participações S.A e Companhia Minuano de Alimentos e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 19 de março de 2018.

MICHELON AUDITORES E CONSULTORES SS
CRC-RS nº 4.626

Vicente Michelon
CRC/RS 052365/O-8
Sócio Responsável

Anexo III - Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Minupar Participações S.A.

Balço Patrimonial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado			Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016		
Ativo Circulante						Passivo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	1	237	612	Fornecedores	12	277	277	6.710	7.668
Contas a receber	5	-	-	17.171	14.778	Salários e encargos sociais a pagar	13	150	188	12.650	10.221
Estoques	6	-	-	5.409	5.850	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	156	229
Adiantamentos a fornecedores		-	-	78	47	Adiantamento de clientes	5	-	-	1.265	1.943
Impostos a recuperar	7	3	3	1.894	3.209	Obrigações tributárias	14	5	163	325.090	350.074
Outros ativos		-	-	3.355	2.939	Parcelamentos	14	31	-	4.787	-
Total do Ativo Circulante		3	4	28.144	27.435	Impostos diferidos	15	-	-	454	454
						Faturamento antecipado	5	-	-	-	500
						Outros passivos		-	-	759	925
Ativo Não Circulante						Total do Passivo Circulante					
Depósitos judiciais		1	-	5.352	3.261			463	628	351.871	372.014
Partes relacionadas	16	18.526	18.526	12.752	12.752	Passivo Não Circulante					
Outros ativos		-	-	3.556	5.176	Partes relacionadas	16	17.629	15.422	28.939	29.510
Impostos a recuperar	7	-	-	34.514	34.588	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	1.317	2.016
(-) Provisão para perda	7	-	-	(34.369)	-	Obrigações tributárias	14	-	314	-	29.449
Propriedade para investimento	8	-	-	31.217	16.761	Parcelamentos	14	302	-	38.705	-
Imobilizado	9	-	-	90.456	107.889	Impostos diferidos	15	-	-	16.582	17.083
Intangível	10	-	-	303	290	Provisão para contingências	17	-	-	27.120	24.637
Total do Ativo Não Circulante		18.527	18.526	143.781	180.717	Provisão para perda de investimentos	8	292.804	269.495	-	-
						Outros passivos		-	-	354	1.043
						Total do Passivo Não Circulante		310.735	285.231	113.017	103.738
Patrimônio Líquido											
						Capital social	18	120.108	120.108	120.108	120.108
						Ajuste de avaliação patrimonial	18	41.710	42.086	41.710	42.086
						Reserva de reavaliação	18	3.666	3.666	3.666	3.666
						Prejuízo acumulado		(456.160)	(431.197)	(456.160)	(431.197)
						Outros resultados abrangentes	18	(1.992)	(1.992)	(1.992)	(1.992)
						Patrimônio Líquido atribuível aos controladores		(292.668)	(267.329)	(292.668)	(267.329)
						Participação dos não controladores		-	-	(295)	(271)
						Total do Patrimônio Líquido		(292.668)	(267.329)	(292.963)	(267.600)
Total do Ativo		18.530	18.530	171.925	208.152	Total do Passivo		18.530	18.530	171.925	208.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Minupar Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	21	-	-	190.423	196.298
Custos operacionais	22	-	-	(154.623)	(159.391)
Lucro bruto		-	-	35.800	36.907
Outras receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23	(382)	(445)	(7.244)	(6.784)
Com vendas	24	-	-	(8.082)	(8.329)
Outras despesas operacionais	25	(4)	-	(42.575)	(8.848)
Outras receitas operacionais	26	-	-	27.318	10.464
Total despesas operacionais		(386)	(445)	(30.583)	(13.497)
Resultado antes da equivalência patrimonial		(386)	(445)	5.217	23.410
Resultado de equivalência patrimonial	8	(23.309)	(11.467)	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(23.695)	(11.912)	5.217	23.410
Despesas financeiras	27	(1.724)	(1.408)	(31.809)	(36.855)
Receitas financeiras	28	80	-	392	113
Resultado financeiro		(1.644)	(1.408)	(31.417)	(36.742)
Prejuízo antes do imposto de renda e de contribuição social		(25.339)	(13.320)	(26.200)	(13.332)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	7.845	-
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	(7.008)	-
Prejuízo líquido do período		(25.339)	(13.320)	(25.363)	(13.332)
Prejuízo do período atribuído aos acionistas controladores		-	-	(25.339)	(13.320)
Prejuízo do período atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(24)	(12)
Prejuízo diluído por ação		(3,56882)	(1,87603)	(3,57220)	(1,87772)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Minupar Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período	(25.339)	(13.320)	(25.339)	(13.320)
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	-	-	6.336	7.271
Provisão para riscos de créditos	-	-	166	90
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos	-	-	157	280
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(501)	(877)
Participação de minoritários	-	-	(24)	(12)
Baixa de bens do imobilizado e intangível	-	-	1.070	4.014
Provisão (Reversão) para contingências	-	-	5.325	5.870
Provisão de impairment	-	-	973	-
Atualização de passivos tributários	-	-	17.499	22.999
Anistia fiscal conforme lei 13.496/17	-	-	(25.218)	-
Realização do prejuízo fiscal	-	-	(7.845)	-
Provisão para perda de impostos	-	-	34.369	-
Resultado de equivalência patrimonial	23.309	11.467	-	-
	(2.030)	(1.853)	6.968	26.315
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	-	-	(3.059)	5.983
Estoques	-	-	441	(1.039)
Impostos a recuperar	-	-	1.389	1.102
Adiantamento a fornecedores	-	-	(31)	848
Outros ativos	-	-	1.203	1.128
Depósitos judiciais	(1)	7	(2.091)	1.371
	(1)	7	(2.148)	9.393
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	-	-	(958)	123
Faturamento antecipado	-	-	-	(145)
Obrigações tributárias	(140)	(57)	4.624	5.961
Salários e encargos sociais a pagar	(37)	6	2.429	(632)
Adiantamento de clientes	-	-	(678)	(3.486)
Provisão para contingências	-	-	(2.842)	(5.632)
Outras obrigações	-	(2.734)	(855)	(8.731)
	(177)	(2.785)	1.720	(12.542)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(2.208)	(4.631)	6.540	23.166
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição imobilizado	-	-	(5.415)	(14.013)
Propriedade para investimento	-	-	-	(1)
Aquisições de intangíveis	-	-	-	(27)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	-	-	(5.415)	(14.041)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(929)	(2.635)
Fluxos com partes relacionadas	2.207	4.631	(571)	(6.151)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	2.207	4.631	(1.500)	(8.786)
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1)	-	(375)	339
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	1	1	612	274
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	-	1	237	613
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1)	-	(375)	339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Minupar Participações S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Controladora					Consolidado						
	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	120.108	48.764	(420.889)	(1.992)	(254.009)	120.108	48.764	(420.889)	(1.992)	(254.009)	(259)	(254.268)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(13.320)	-	(13.320)	-	-	(13.320)	-	(13.320)	(12)	(13.332)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	(3.012)	3.012	-	-	-	(3.012)	3.012	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	120.108	45.752	(431.197)	(1.992)	(267.329)	120.108	45.752	(431.197)	(1.992)	(267.329)	(271)	(267.600)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(25.339)	-	(25.339)	-	-	(25.339)	-	(25.339)	(24)	(25.363)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	(237)	237	-	-	-	(237)	237	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	120.108	45.515	(456.299)	(1.992)	(292.668)	120.108	45.515	(456.299)	(1.992)	(292.668)	(295)	(292.963)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Minupar Participações S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo líquido do período	(25.339)	(13.320)	(25.363)	(13.332)
Resultado abrangente total	(25.339)	(13.320)	(25.363)	(13.332)
Atribuído aos acionistas controladores			(25.339)	(13.320)
Atribuído aos acionistas não controladores			(24)	(12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Minupar Participações S.A.

Demonstração do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas	-	-	200.927	210.423
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	199.342	208.080
Outras receitas	-	-	1.751	2.433
Provisão para riscos de créditos	-	-	(166)	(90)
Insumos adquiridos de terceiros	(238)	(311)	(124.598)	(95.524)
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(23.599)	(42.613)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(238)	(311)	(100.999)	(52.911)
Valor adicionado bruto	(238)	(311)	76.329	114.899
Depreciação, amortização e exaustão	-	-	(6.336)	(7.271)
Valor adicionado líquido produzido	(238)	(311)	69.993	107.628
Valor adicionado recebido por transferência	(23.229)	(11.467)	25.959	7.965
Resultado de equivalência patrimonial	(23.309)	(11.467)	-	-
Receitas Financeiras	80	-	392	113
Outras	-	-	25.567	7.852
Valor adicionado total a distribuir	(23.467)	(11.778)	95.952	115.593
Distribuição do valor adicionado	(23.467)	(11.778)	95.952	115.593
Remuneração do Trabalho	142	178	78.426	79.088
Remuneração direta	132	171	63.218	61.962
Benefícios	10	7	9.814	10.372
FGTS	-	-	5.394	6.754
Remuneração do Governo	6	34	9.674	11.871
Federais	6	34	7.606	9.320
Estaduais	-	-	2.068	2.551
Remuneração Capitais de Terceiros	1.724	1.330	33.215	37.966
Juros	1.724	1.330	31.809	36.595
Outros	-	-	1.406	1.371
Remuneração de capitais próprias	(25.339)	(13.320)	(25.363)	(13.332)
Prejuízo do exercício	(25.339)	(13.320)	(25.339)	(13.320)
Participações de minoritários	-	-	(24)	(12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados à base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

A Administração autorizou, em 19 de março de 2018, a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2017.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

3.1.1 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de

Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações contábeis consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações contábeis individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.6 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.8 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.9 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

3.10.1 Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.10.2 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 8,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.11 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.12 Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme deliberação CVM n° 644/10.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.16 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

3.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.18 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e

(c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

3.19 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:

- (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.21 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	-	-	4	6
Bancos - conta corrente	-	1	233	606
Total	-	1	237	612

5 - Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Mercado interno	-	-	13.629	12.225
Mercado externo	-	-	4.893	3.128
(-) Provisão para perda	-	-	(714)	(575)
(-) Vendas não efetivadas	-	-	(637)	-
Subtotal	-	-	17.171	14.778
(-) Faturamento antecipado	-	-	-	(500)
(-) Adiantamentos de clientes	-	-	(1.265)	(1.943)
Saldo líquido de contas a receber	-	-	15.906	12.335

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais.

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos prontos	-	-	545	873
Produtos em elaboração	-	-	92	-
Matérias primas	-	-	1.084	1.555
Materiais de embalagem	-	-	1.086	1.024
Materiais de manutenção	-	-	2.129	1.894
Vendas não efetivadas	-	-	473	504
Total	-	-	5.409	5.850

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência. Através da adoção da deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos acima encerrados o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

7 - Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRRF a recuperar	-	-	2	2
IRPJ a recuperar	1	1	3	688
CSLL a recuperar	2	2	2	250
PIS e COFINS a recuperar	-	-	41	309
ICMS a recuperar	-	-	1.529	1.650
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	115	108
Crédito de Exportação (Reintegra)	-	-	202	202
Circulante	3	3	1.894	3.209
Crédito prêmio IPI s/ exportações	-	-	34.369	34.369 (a)
(-) Provisão para perda	-	-	(34.369)	- (a)
ICMS a recuperar - imobilizado	-	-	145	219
Não Circulante	-	-	145	34.588

a) Crédito prêmio IPI

O montante de R\$ 34.369 mil refere-se à saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4. Este processo foi analisado em 31 de dezembro de 2017 pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais emitiram relatório indicando a probabilidade de êxito como “possível”.

Tendo como base a avaliação apresentada no relatório dos assessores jurídicos da Companhia do processo em epígrafe, assim como as indicações constantes na norma brasileira de contabilidade técnica geral nº 25 - “NBC TG 25”, aprovada pela comissão de valores mobiliários através da instrução CVM nº 594/09, a Companhia procedeu ao reconhecimento da provisão para perda deste crédito, embora entenda que existe grande chance deste valor ser convertido no futuro.

Nos parágrafos a seguir se relata uma breve explanação sobre o histórico do processo vinculado ao crédito prêmio IPI:

No ano de 2009, com a decisão do supremo tribunal federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do decreto lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo de R\$ 34.369 mil no ativo não circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Companhia, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de recurso voluntário ao conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, conseqüentemente, não reconheceu o direito ao crédito à controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na ação ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma ação anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo ministério do desenvolvimento indústria e comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª vara federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.

8 - Investimentos

a) Participações societárias

Em 31/12/2017 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	<u>99,99%</u>	<u>99,99%</u>	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2016	<u>(197.804)</u>	<u>(71.691)</u>	<u>(269.495)</u>
+/- Equivalência patrimonial	<u>(17.096)</u>	<u>(6.213)</u>	<u>(23.309)</u>
Provisão para perda de investimento em 31/12/2017	<u>(214.900)</u>	<u>(77.904)</u>	<u>(292.804)</u>

b) Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	6.640	-	6.640
Obras civis	26.554	(7.110)	19.444	17.025	(6.904)	10.121
Máquinas e equipamentos	13.617	(7.461)	6.156	-	-	-
Outros	541	(346)	195	-	-	-
(-) Impairment	(2.320)	-	(2.320)	-	-	-
Total	46.134	(14.917)	31.217	23.665	(6.904)	16.761

Os ativos mantidos como propriedades para investimentos foram revisados, e alguns saldos sofreram reclassificação contábil conforme demonstra-se no quadro a seguir.

Grupo	Saldo em			Deprec.	Transf.	Saldo em
	31/12/2016	Adições	Baixas			31/12/2017
Terrenos	6.640	-	-	-	1.102	7.742
Obras civis	10.121	-	-	-	9.323	19.444
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	6.156	6.156
Outros	-	-	-	-	195	195
(-) Impairment	-	(973)	-	-	(1.347)	(2.320)
Total	16.761	(973)	-	-	15.429	31.217

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2017 foram avaliados por meio de cotação junto a imobiliárias, e desta avaliação não foi identificada necessidade de ajuste por perda de ativo, todavia alguns componentes patrimoniais foram avaliados de forma individual, e desta análise identificou-se R\$ 2.320 de ativos com valores superiores ao de avaliação, todos os ajustes foram devidamente registrados.

9 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	31/12/2017			31/12/2016		
		Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	16.695	-	16.695
Prédios	2,50%	52.736	(1.928)	50.808	59.216	(2.023)	57.193
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	25.189	(3.774)	21.415	33.473	(4.574)	28.899
Moveis e utensílios	8,33%	1.946	(417)	1.529	2.288	(470)	1.818
Computadores e periféricos	33,33%	520	(125)	395	571	(107)	464
Veículos	20,00%	100	(43)	57	161	(59)	102
Imobilizações em andamento	-	656	-	656	2.715	-	2.715
Outros	-	3	-	3	3	-	3
Total		96.743	(6.287)	90.456	115.122	(7.233)	107.889

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em					Saldo em
	31/12/2016	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	
Terrenos	16.695	-	-	-	(1.102)	15.593
Prédios	57.193	1.974	(13)	(1.928)	(6.418)	50.808
Maquinas e equipamentos	28.899	2.111	(1.053)	(3.774)	(4.768)	21.415
Moveis e utensílios	1.818	294	(2)	(417)	(164)	1.529
Computadores e periféricos	464	77	-	(125)	(21)	395
Veículos	102	-	(2)	(43)	-	57
Imobilizações em andamento	2.715	880	-	-	(2.939)	656
Outros	3	-	-	-	-	3
Total	107.889	5.336	(1.070)	(6.287)	(15.412)	90.456

10 - Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	31/12/2017			31/12/2016		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	204	(49)	155	160	(38)	122
Marcas e patentes	-	148	-	148	168	-	168
Total		352	(49)	303	328	(38)	290

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em					Saldo em
	31/12/2016	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	
Softwares	122	79	-	(49)	3	155
Marcas e patentes	168	-	-	-	(20)	148
Total	290	79	-	(49)	(17)	303

11 - Empréstimos e financiamentos

Instituição	Encargos	Vcto	Controladora		Consolidado	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016

Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	117	192 (a)
Banrisul - consórcio	-	-	-	-	39	37
Circulante			-	-	156	229

Instituição	Encargos	Vcto	Controladora		Consolidado	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	1.056	1.733 (a)
Banrisul - Consórcio	-	-	-	-	261	283
Não circulante			-	-	1.317	2.016

a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

12 - Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	277	277	6.710	7.668
Total	277	277	6.710	7.668

Conforme determina a deliberação CVM nº 564/08, a partir de 2015 a administração da Companhia suspendeu o reconhecimento do ajuste a valor presente pelo fato dos fornecedores tratarem-se de operações passivas de curto prazo sobre as quais o ajuste a valor presente não produz efeito relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis.

13 - Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisões de férias e 13º salário	-	-	7.581	6.974
Salários / Pró-labore a pagar	150	188	2.449	2.263
Rescisões a pagar	-	-	16	26
Outras obrigações a pagar	-	-	2.604	958
Total	150	188	12.650	10.221

14 - Obrigações tributárias e parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Obrigações tributárias - Circulante</u>				

INSS	4	4	201.040	187.494
IRPJ / CSLL	-	-	103.264	112.013
PIS / COFINS	-	-	15.670	38.981
ICMS	-	-	1.702	1.627
IRRF	1	-	430	1.846
FGTS	-	30	565	555
Impostos retidos	-	-	396	488
Outros	-	-	2.023	2.143
Subtotal	5	34	325.090	345.147
Parcelamentos - Circulante				
Parcelamento - PERT	-	-	1.006	- (a)
Parcelamento - Lei 12.996/14	23	22	1.736	1.660
Parcelamento - Lei 11.941/09	8	107	8	107
Parcelamento - FGTS	-	-	628	598
Parcelamento - ICMS	-	-	1.336	2.023
Parcelamento - IOF	-	-	73	60
Parcelamento - SESI / SENAI	-	-	-	479
Subtotal	31	129	4.787	4.927
Total - Circulante	36	163	329.877	350.074
Controladora				
Consolidado				
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Parcelamentos - Não circulante				
Parcelamento - PERT	-	-	11.147	- (a)
Parcelamento - Lei 12.996/14	255	259	19.525	19.846
Parcelamento - Lei 11.941/09	47	55	46	55
Parcelamento - FGTS	-	-	7.000	7.269
Parcelamento - ICMS	-	-	883	2.098
Parcelamento - IOF	-	-	104	181
Parcelamento - SESI / SENAI	-	-	-	-
Total - Não circulante	302	314	38.705	29.449

a) A companhia aderiu ao PERT - programa especial de regularização tributária, concluindo a formalização do pedido de parcelamento em novembro de 2017, todos os efeitos da adesão foram devidamente calculados e registrados.

Abaixo apresentamos um breve resumo dos valores apurados no PERT:

Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2017 (entrada)	(11.332)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
Saldo remanescente em 31/12/2017 parcelado em 145 vezes	12.153
Circulante	1.006
Não circulante	11.147
Total	12.153

(i) O montante de R\$ 56.548, regularizado através do PERT refere-se aos seguintes débitos:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da receita federal do Brasil	Débitos previdenciários	8.078
	Demais débitos	1.729
Procuradoria-geral da fazenda	Débitos previdenciários	856
	Demais débitos	45.885
Total		56.548

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se a prejuízo fiscal e base de cálculo negativa utilizados para quitação do saldo remanescente em 31 de dezembro de 2017 dos débitos vinculados à esfera da secretaria da receita federal do Brasil, estes foram regularizados no PERT através da modalidade prevista no parágrafo I, artigo 2, da lei 13.496/17, o qual previa:

“pagamento em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em até cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou de outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com a possibilidade de pagamento em espécie de eventual saldo remanescente em até sessenta prestações adicionais, vencíveis a partir do mês seguinte ao do pagamento à vista.”

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se a anistia de multa, juros e encargos legais concedidas através do item “b”, parágrafo II, artigo 3 da lei 13.496/17, o qual previa:

“pagamento em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante:...
...”item b” parcelado em até cento e quarenta e cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora, 50% (cinquenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas e 100% (cem por cento) dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios;”

No quadro a seguir consta o racional e memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	R\$
Procuradoria-Geral da Fazenda	Débitos previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
Total			46.741	(9.349)	37.392		25.218

14.1 Programas de parcelamentos fiscais

A Companhia incluiu a maioria dos passivos tributários existentes em 2009, 2010 e 2013 na MP 470/2009 e nos parcelamentos advindos das leis 11.941/2009 e 12.996/2014, bem como a quitação antecipada de alguns parcelamentos existentes com base na lei nº 13.043/2014, contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída do parcelamento da lei 11.941/2009, por inadimplência. Com a adesão à MP 470/2009 a controlada Companhia Minuano reconheceu a inexistência do crédito prêmio IPI - exportação posterior a 05 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento integral do referido crédito, no exercício de 2006, a controlada o ofereceu à tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito. Tal compensação não foi reconhecida pelo Fisco sendo que os referidos débitos são objeto de cobrança. Em momento oportuno, a Controlada estará levando a discussão esse tema, visto que boa parte do valor que originou o referido débito no ano de 2006, foi reformulado mediante a decisão do STF em limitar em 05 de outubro de 1990 o direito ao crédito prêmio IPI - exportação.

14.1.1 Medida provisória nº 470/2009

A Companhia formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na medida provisória nº 470/2009. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de “principal” dos tributos, com benefícios de redução de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante liquidado com créditos tributários de IRPJ e CSLL decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a receita federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela controlada. Tais alegações de inconsistências foram objeto de ação administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. No quadro abaixo, segue a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento à época.

MP 470/2009	
Passivo tributário objeto da MP 470/2009	61.896
(-) Reduções da MP 470/2009	(24.213)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(37.683)
Total	-

Contudo, conforme assessoria jurídica da controlada indireta, há uma probabilidade possível de exclusão de valores do parcelamento no montante de R\$ 35.279 mil.

14.1.2 Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, contudo a validação destas liquidações por parte da receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, ocorrerá no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

14.1.3 Lei nº 13.043/2014

Em novembro/2014, a Companhia aderiu a quitação antecipada de parcelamentos previdenciários conforme previsto no art. 33 da MP 651/2014, convertida na lei nº 13.043/2014.

Com esta adesão, a Companhia quitou antecipadamente alguns parcelamentos previdenciários através do pagamento de 30% do saldo existente na data da adesão, bem como com a utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para quitação do saldo remanescente, após o referido pagamento, na mesma data, conforme resumo a seguir:

Lei nº 13.043/2014	
Passivo tributário parcelado	507
(-) Pagamentos da lei 13.043/2014	(152)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(355)
Total	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	334	334
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	120	120
Total - Circulante	-	-	454	454
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	12.193	12.561
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	4.389	4.522
Total - Não circulante	-	-	16.582	17.083

16 - Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

A remuneração global anual dos administradores da Companhia, tanto de suas controladas diretas como de sua controlada indireta foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 11 de abril de 2017 da seguinte forma:

- a) Minupar - em até R\$ 250 mil;
- b) Sulaves - em até R\$ 250;
- c) Valepar - em até R\$ 250, e
- d) Minuano - em até R\$ 1.100 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração percebida durante 2017.

	Controladora	Consolidado
Conselho de administração	109	109
Diretoria executiva	56	714

b) Operações de mútuo

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Agostinho Carrer Part. Ltda	12.752	12.752	12.752	12.752
Valepar S/A	514	514	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
Total	18.526	18.526	12.752	12.752
Passivo não circulante	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	22.000	24.232
Companhia Minuano	10.690	10.185	-	-
Acionistas e outros	6.939	5.237	6.939	5.278
Total	17.629	15.422	28.939	29.510

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas possuem prazos e juros estipulados para recebimento e liquidação.

17 - Provisão para contingência

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos. No período se apresentavam as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	Provisão para contingência			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
31/12/2016	11.113	13.243	281	24.637
Movimentação (Adições-Baixas)	2.480	3	-	2.483
31/12/2017	13.593	13.246	281	27.120

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de dezembro de 2017, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 69.288, destes R\$ 49.454 relativos a natureza civil e R\$ 19.834 relativos a natureza trabalhista.

18 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 7.100.100 mil (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

Quando aplicável e de acordo com o estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

19 - Cobertura de seguros

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes

para cobrir eventuais sinistros, a vigência do seguro corresponde ao período de abril de 2017 até abril de 2018, conforme demonstrado abaixo no quadro de valores em risco declarados:

Local de risco	Prédio	Máquinas	Mercadorias
Sede Administrativa	3.500	1.540	-
Abatedouros	27.000	36.500	5.500
Fábrica de embutidos	4.800	6.500	1.500
Fábrica de rações	7.000	4.500	1.500
Incubatório	5.000	4.000	300
Central de ovos	1.000	500	-
Granjas	1.800	400	300
Total	50.100	53.940	9.100

No que se refere à cobertura de estoques, a mesma prevê como critério de indenização para mercadorias e matéria prima o valor de venda ou de produção, limitado ao que for menor.

20 - Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da companhia, se limita a:

- a) **Risco de crédito:** É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;
- b) **Risco de preço:** Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;
- c) **Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 18% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;
- d) **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

21 - Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Mercado	Mercado	Total	Mercado	Mercado	Total
	Interno	Externo		Interno	Externo	
Receita bruta de produtos e serviços	162.799	37.472	200.271	173.091	36.191	209.282
(-) Impostos	(8.918)	-	(8.918)	(11.783)	-	(11.783)
(-) Devoluções	(507)	(423)	(930)	(769)	(432)	(1.201)
Receita líquida de produtos e serviços	153.374	37.049	190.423	160.539	35.759	196.298

22 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários	-	-	53.931	51.562
Matérias primas	-	-	27.071	25.541
Encargos sociais	-	-	13.175	14.710
Energia elétrica	-	-	12.635	14.883
Manutenção Industrial	-	-	9.677	7.758
Benefícios a empregados	-	-	9.197	9.960
Depreciações	-	-	6.010	7.043
Férias e 13º salário	-	-	5.804	5.667
Serviço de terceiros	-	-	5.003	8.934
Materiais de embalagem	-	-	2.660	5.386
Combustíveis e lubrificantes	-	-	1.630	2.049
Loações/Aluguéis	-	-	1.495	1.369
Indenizações trabalhistas	-	-	1.455	610
Equipamento de proteção	-	-	1.221	1.493
Taxas e encargos legais	-	-	944	11
Análises laboratoriais	-	-	868	728
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	537	377
Outros gastos	-	-	1.310	1.310
Total	-	-	154.623	159.391

23 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários	132	178	2.624	2.947
Serviço de terceiros	121	56	1.889	1.232
Encargos sociais	9	34	475	930
Benefícios a empregados	-	-	472	317
Depreciações	-	-	320	273
Férias e 13º salário	-	-	269	203
Indenizações trabalhistas	-	-	165	-
Manutenção industrial	-	-	104	90
Viagens e estadias	27	49	101	91
Taxas e encargos legais	2	64	83	88
Telefonia	-	-	80	73
Publicidade e propaganda	69	44	75	104
Energia elétrica	-	-	65	71
Outros gastos	22	20	523	365
Total	382	445	7.244	6.784

24 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	4.391	3.365
Custos aduaneiros	-	-	1.691	1.153
Salários	-	-	475	923
Serviço de terceiros	-	-	379	561
Publicidade e propaganda	-	-	257	513
Comissões sobre vendas	-	-	204	337
Provisões para perdas	-	-	167	90
Encargos sociais	-	-	112	256
Telefonia	-	-	76	62
Análises laboratoriais	-	-	69	144
Férias e 13º salário	-	-	55	93
Benefícios a empregados	-	-	36	91
Abatimentos sobre vendas	-	-	35	301
Combustíveis e lubrificantes	-	-	22	125
Viagens e estadias	-	-	21	66
Armazenagem	-	-	18	14
Depreciações	-	-	6	6
Outros gastos	-	-	68	229
Total	-	-	8.082	8.329

25 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Encargos financeiros	-	-	79	174
Despesas gerais	4	-	1.638	2.145
Custo na alienação de ativos	-	-	64	368
Provisão para contingencias	-	-	6.055	5.870
Reversão de créditos tributários	-	-	370	291
Provisão para perda	-	-	34.369	- (a)
Total	4	-	42.575	8.848

a) O montante de R\$ 34.369 refere-se ao registro contábil de provisão para perda do crédito prêmio IPI realizado em 31 de dezembro de 2017, o referido crédito fiscal está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4, e devido a avaliação apresentada pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2017 para este processo, assim como as indicações constantes na norma brasileira de contabilidade técnica geral nº 25 - “NBC TG 25”, aprovada pela comissão de valores mobiliários através da instrução CVM nº 594/09, a Companhia procedeu ao reconhecimento da provisão para perda deste crédito, informações relacionadas ao crédito prêmio IPI estão apresentadas através da nota explicativa nº 7.

26 - Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Créditos tributários	-	-	833	1.800
Receitas gerais	-	-	1.205	8.633
Receita na alienação de ativos	-	-	62	25
Benefício fiscal	-	-	25.218	- (a)
Redução de passivos judiciais	-	-	-	6
Total	-	-	27.318	10.464

a) O montante de R\$ 25.218 refere-se a anistia de multa, juros e encargos legais concedidas através do PERT - programa especial de regularização tributária, detalhes relacionados ao racional e memória de cálculo dos valores estão apresentados através da nota explicativa n° 14.

27 - Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Juros de atualização de dívidas tributárias	22	31	22.399	26.119
Juros de operações com partes relacionadas	1.702	1.288	6.673	8.031
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	1.203	10
Despesas decorrentes de títulos descontados	-	-	1.019	1.501
Descontos financeiros concedidos	-	-	230	184
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	157	280
Juros sobre compra a prazo	-	-	122	118
Variações cambiais passivas	-	-	-	179
Outras despesas financeiras	-	89	6	433
Total	1.724	1.408	31.809	36.855

28 - Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Variações cambiais ativas	-	-	162	-
Descontos financeiros obtidos	75	-	78	70
Outras receitas financeiras	5	-	152	43
Total	80	-	392	113

29 - Informações por segmento

A companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
- b) Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades frigoríficas resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

	Industrializados		Frigorífico - Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/12/2017	30/12/2016	31/12/2017	30/12/2016	31/12/2017	30/12/2016	31/12/2017	30/12/2016
RECEITA BRUTA	68.151	66.647	132.120	142.635	-	-	200.271	209.282
Impostos e devoluções	(7.914)	(10.867)	(1.934)	(2.117)	-	-	(9.848)	(12.984)
RECEITA LÍQUIDA	60.237	55.780	130.186	140.518	-	-	190.423	196.298
(-) Custos	(47.134)	(46.470)	(107.489)	(112.921)	-	-	(154.623)	(159.391)
LUCRO BRUTO	13.103	9.310	22.697	27.597	-	-	35.800	36.907
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS								
Despesas administrativas	-	-	-	-	(7.244)	(6.784)	(7.244)	(6.784)
Despesas com vendas	(7.756)	(7.641)	(326)	(688)	-	-	(8.082)	(8.329)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	27.318	10.464	27.318	10.464
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(42.575)	(8.848)	(42.575)	(8.848)
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANC	5.347	1.669	22.371	26.909	(22.501)	(5.168)	5.217	23.410
Despesas financeiras	-	-	-	-	(31.809)	(36.855)	(31.809)	(36.855)
Receitas financeiras	-	-	-	-	392	113	392	113
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	5.347	1.669	22.371	26.909	(53.918)	(41.910)	(26.200)	(13.332)
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	(7.008)	-	(7.008)	-
CSLL e IRPJ diferidos	-	-	-	-	7.845	-	7.845	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.347	1.669	22.371	26.909	(53.081)	(41.910)	(25.363)	(13.332)
Atribuído a acionistas não controladores							(24)	(12)
Atribuído a acionistas controladores							(25.339)	(13.320)

30 - Resultado por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

Quantidade de ações em 31/12/2017	7.100
Prejuízo líquido do exercício (consolidado)	(25.363)
Resultado diluído por ação	(3,57220)

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

31 - Continuidade operacional

Em abril/2016 a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, renovou o contrato de prestação de serviço de abates de aves que mantinha junto à outra empresa do ramo. Nossa expectativa é continuarmos com os controles de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização financeira da Companhia e suas controladas.

32 - Outras informações

Em assembleia geral ordinária realizada em 11 de abril de 2017, a Companhia elegeu seu conselho de administração, com mandato de 1 ano, composto por: Chao En Ming, Antonio Carlos Rago Cano, Cynthia Christina da Silva Vello e Welinton Balderrama dos Reis, no mesmo dia também foi realizada a primeira reunião do novo conselho de administração, o qual nomeou os membros para diretoria executiva estatutária da Minupar Participações S.A., com mandato de 1 ano, composta por: Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora presidente e a Sra. Rocheli Verçosa Souza como diretora de relações com investidores, esta última substituída em 26 de maio de 2017 pelo Sr. Samuel Heydt, e em 23 de agosto de 2017 foi nomeada o terceiro membro da diretoria, Sra. Margareth Schacht Herrmann.

Com relação as controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A., em assembleia geral ordinária realizada no dia 11 de abril de 2017, foram eleitos: Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora presidente e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano, e quanto a controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foram nomeados: Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora presidente, Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano.



MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Antonio Carlos Rago Cano
Presidente

Welinton Balderrama dos Reis
Vice-Presidente

Chao En Ming
Conselheiro

Cynthia Christina da Silva Vello
Conselheira

Diretoria Executiva

Carla Luciane Diedrich
Diretora Presidente

Margareth Schacht Herrmann
Diretora

Samuel Heydt
Diretor de Relações com Investidores

Contador

Fernando Ataide Silva Jorge
Contador - CRC/RS 076618/O-0



MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Anexo IV – Parecer do Conselho Fiscal

A Companhia e suas controladas não instauraram Conselho Fiscal.

Anexo V - Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9, 1, II Instrução CVM n 481)

Não se aplica em virtude de Companhia ter registrado prejuízos nos últimos 3 anos.

Anexo VI - Comentários dos Administradores Relativos à Situação Financeira da Companhia

De acordo com o disposto no art. 9º da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia deve fornecer até um mês antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária, comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

Em atendimento a Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, reportamos os comentários dos administradores conforme item 10 da mesma instrução.

1) Comentário dos Administradores

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Receita Líquida no ano de 2017 reduziu em 2,99 %, quando comparada ao ano de 2016. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 190,4 milhões, sendo que no ano de 2016, a receita líquida foi de R\$ 196,3 milhões. Esta redução deu-se em função do volume de vendas.

As despesas com vendas reduziram no ano de 2017, passando de R\$ 8,3 milhões em 2016 para R\$ 8,1 milhões. A referida queda está diretamente vinculada a redução no volume de industrializados de carne comercializados para o Mercado Externo no período.

As despesas gerais e administrativas consolidadas aumentaram no ano de 2017, passando de R\$ 6,8 milhões em 2016 para R\$ 7,2 milhões.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i) Hipótese de resgate

Não se aplica.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A melhoria de performance está relacionada principalmente ao desempenho da operação de industrializados, onde, apesar de verificarmos uma redução dos volumes de vendas praticados no ano, os preços verificados nas operações do Mercado Externo, contribuíram de maneira expressiva na geração de caixa.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Não se aplica.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não se aplica.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Conforme demonstrado no item "ii".

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

Instituição	Encargos	Vcto	Controladora		Consolidado	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	117	192 (a)
Banrisul - consórcio	-	-	-	-	39	37
		Circulante	-	-	156	229

Instituição	Encargos	Vcto	Controladora		Consolidado	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	1.056	1.733 (a)
Banrisul - Consórcio	-	-	-	-	261	283
		Não circulante	-	-	1.317	2.016

a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não se aplica.

1.2. Comentários dos Administradores

O comentário a seguir contempla os seguintes itens:

a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Receita Líquida no ano de 2017 reduziu em 2,99 %, quando comparada ao ano de 2016. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 190 milhões, sendo que no ano de 2016, a receita líquida foi de R\$ 196 milhões.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nada a comentar

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não se aplica.

1.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nada a destacar.

c. Eventos ou operações não usuais

Adesão ao “PERT” programa especial de regularização tributária.

1.4. Os diretores devem comentar

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia durante o ano.

a.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

a.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

a.3 Mudanças em Políticas Contábeis

Não houve mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Companhia e/ou suas controladas durante o ano.

c. Ressalvas e/ou ênfases presentes no parecer do auditor

Com base no Relatório dos Auditores Independentes, não houve ressalvas e as ênfases apresentadas são as seguintes:

O montante de R\$ 34.369 mil, da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, refere-se à saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4. Este processo foi analisado em 31 de dezembro de 2017 pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais emitiram relatório indicando a probabilidade de êxito como “possível” (nota 7 a). Considerando a avaliação, a Companhia procedeu o registro da provisão para perda deste crédito, com isso, não afeta a posição patrimonial da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta, realizou parcelamentos de débitos fiscais mediante adesão do PERT - Programa especial de regularização tributária, tanto de valores que se encontravam no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, concluindo a formalização do pedido de parcelamento em novembro de 2017, todos os efeitos da adesão foram devidamente calculados e registrados, tendo como saldo remanescente R\$

12.156 mil em 31/12/2017, conforme nota explicativa 14 a. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Companhia e sua controlada indireta (nota explicativa nº 14.1) optaram em incluir parte do passivo tributário nos Parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, bem como quitar de forma antecipada parcelamentos tributários correntes com os benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nos parcelamentos e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais.

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014 e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. Em abril de 2016 a Companhia Minuano de Alimentos renovou, por prazo determinado, o contrato de prestação de serviço de abates de aves que mantinha junto à outra empresa do ramo, bem como continuam os esforços para controle de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização dos resultados da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia e suas controladas continuarem operando.

1.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

As Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas incluem estimativas referentes à:

- 1) Provisões de natureza trabalhista,
- 2) Provisão para contingências,
- 3) Provisão para devedores duvidosos,
- 4) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*);

Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia

e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

b) Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

d) Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

e) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

f) Investimentos**f1) Participações Societárias**

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

f2) Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras cíveis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 8,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após

sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

g) Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente. Com relação ao exercício de 2016, a administração da controlada avaliou os cenários da Companhia constatando que os seus ativos imobilizados mantiveram-se gerando caixa linearmente, não ocorrendo durante o exercício nenhuma oscilação significativa em seu parque fabril que pudesse elevar ou minorar a estimativa de vida útil de seus bens com relação ao exercício anterior, motivo pelo qual a administração optou em manter os mesmos prazos de vida úteis já praticados.

h) Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

i) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

j) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

k) Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

l) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM nº 564/08.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação. Em 2015, conforme determina a Deliberação CVM nº 599/09, a controlada Indireta não efetuou registro dos tributos diferidos, visto que a administração da controlada julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na Parte "B" dos Livros Fiscais sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.

n) Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços – Consolidado

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

o) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

p) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

1.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Com base nas melhores práticas, a Companhia e suas controladas, buscam manter atualizados todos os componentes do seu sistema de controles internos, visando à mitigação das perdas potenciais advindas de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa.

Os fluxos de processos e sistemas da Organização são frequentemente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração.

As verificações por amostragem realizadas pela Auditoria Externa, não identificaram falhas relevantes que possam comprometer a segurança dos controles internos.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não consta no relatório do auditor independente deficiências, tampouco recomendações sobre os controles internos da Companhia e de suas controladas.

1.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

d. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

1.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

1.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

1.10. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2016 os investimentos realizados pela Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos ficaram vinculados a equipamentos para produção de industrializados de frango, bem como melhorias nos processos industriais das demais unidades.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A fonte de financiamento dos investimentos são os fornecedores da Controlada Indireta.

iii. Dos investimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

c. Novos produtos e serviços, indicando:



i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

1.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Nada a comentar

Anexo VII – Currículo dos Candidatos e as Informações Indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.

12.6 – Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor, indicar:

Órgão: Conselho de Administração

Nome	Antonio Carlos Rago Cano	Chao En Ming	Cynthia Christina da Silva Vello	Welinton dos Reis Balderrama
Idade	53	61	44	64
Profissão	Corretor de Valores	Médico	Administradora de Empresas	Advogado
CPF	087.769.278-57	019.210.358-03	104.434.508-03	644.330.058-00
Cargo eletivo ocupado	Presidente	Conselheiro	Conselheira	Vice-Presidente
Data da Eleição	25/04/2018	25/04/2018	25/04/2018	25/04/2018
Data da Posse	25/04/2018	25/04/2018	25/04/2018	25/04/2018
Prazo do Mandato	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Outros Cargos ou Funções Exercidos no Emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Eleito Pelo Controlador?	Não	Não	Não	Não

Órgão: Diretoria

Nome	Carla Luciane Diedrich	Margareth Schacht Herrmann	Samuel Heydt
Idade	33	34	30
Profissão	Quimica	Quimica	Administrador
CPF	006.031.730-20	002.407.460-82	012.450.210-52
Cargo eletivo ocupado	Diretor Presidente	Diretor	Diretor de Relações de Investidores
Data da Eleição	25/04/2018	25/04/2018	25/04/2018
Data da Posse	25/04/2018	25/04/2018	25/04/2018
Prazo do Mandato	1 ano	1 ano	1 ano
Outros Cargos ou Funções Exercidos no Emissor	N/A	N/A	N/A
Eleito Pelo Controlador?	Não	Não	Não

Eventuais alterações dos candidatos poderão ocorrer até o momento da realização da Assembleia.

12.7 – Não se aplica.

12.8.a – Currículos

1. Antonio Carlos Rago Cano

Formação Acadêmica:

Corretor de Valores

Histórico Profissional:

Novinvest S/A. Corretora de Valores Mobiliários - Auxiliar de Pregão - Bovespa
Fonte S/A. Corretora de Câmbio e Valores - Auxiliar de Pregão - Bovespa
Escritório Levy Corretora de Valores Mobiliários Ltda. - Operador Mercado de Ações e Futuros
Sênior Corretora de Câmbio, Valores e Futuros Ltda. - Operador Sênior Mercado de Ações e Futuros.
Lloyds Bank Multiplic S/A. – Gerente de Operações Sênior - Mercado de Ações e Futuros
Multistock Corretora de Câmbio, e Valores S/A - Gerente de Operações Sênior Mercado Futuros BM&F
Banco Indusval Multistock S/A. - Assessor Comercial
BKL Corretora de Mercadorias S/A. – Gerente Sênior de Operações - Mercado Futuros BM&F
Minupar Participações S/A. – Vice-Presidente do Conselho de Administração - De 16/04/2015 a atual

2. Chao En Ming

Formação Acadêmica:

Graduado em medicina pela Faculdade de Medicina de Taubaté
Curso de Especialização - Residência Médica, Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, São Paulo; Titulado em Terapia Intensiva.

Histórico Profissional:

Solidez Corretora de Cambio e Valores Mobiliários - Diretor Administrativo-Financeiro - De 1992 a atual
Minupar Participações S/A. - Conselho de Administração - De 11/04/2014 a atual

3. Cynthia Cristina da Silva Vello

Formação Acadêmica:

Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Bandeirantes –2003

Histórico Profissional

Solidez Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários - Gerente da área de Controles Internos/Compliance - De 1998 a atual

Minupar Participações S/A. - Conselho de Administração - De 11/04/2014 a atual

4. Welinton dos Reis Balderrama

Formação Acadêmica:

Bacharel em Direito - Faculdades Integradas de Guarulhos – Conclusão: 2001

Histórico Profissional

Novação Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S/A – Diretor - abril/1.983

Isoldi S/A Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários. Departamento de Operações
Novembro/1995

Balderrama, Perez Advogados – Especialização em Mercado de Capitais - De 07/2005 a atual
Minupar Participações S/A - Conselho de Administração De 11/04/2014 a atual

12.8.b – Descrição de qualquer dos seguintes eventos ocorridos durante os últimos 5 anos:

Nome	Condenação criminal	Condenação em processo administrativo da CVM e penas aplicadas	Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer
Antonio Carlos Rago Cano	Não	Não	Não
Chao En Ming	Não	Sim. Multa Pendente de Recurso perante o CRSFN	Não
Cynthia Cristina da Silva Vello	Não	Não	Não
Welinton dos Reis Balderrama	Não	Não	Não

12.9 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau:

a. Não existe nenhuma relação entre administradores do emissor referidos nos itens “a” e “b”.

12.10 – Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

Não ocorreu nenhuma das hipóteses dos itens “a” e “b”.

Anexo VIII - Informações sobre a remuneração dos administradores e conselheiros fiscais**REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES****Remuneração dos Administradores**

De acordo com o disposto na Lei 6404/1976 e no § 2º do art. 18 do Estatuto Social, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores.

Nesse sentido, será submetida à Assembleia Geral Ordinária, proposta de fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2018, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). O Conselho de Administração, em reunião específica, procederá a distribuição individual.

De acordo com o disposto no art. 12, da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, sempre que a Assembleia Geral for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, aprovado na Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, as quais estão descritas a seguir:

a - Práticas de Remuneração

As práticas de remuneração dos administradores alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções.

A remuneração paga aos administradores segue valores de mercado e os limites globais estabelecidos na Assembleia Geral Ordinária e na Lei 6.404/76.

Os honorários anuais do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, em 13 (treze) parcelas, sendo 2 (duas) pagas no mês de dezembro.

Anualmente, os honorários fixos são reajustados de acordo com parâmetros de inflação e, quando necessário, são procedidos alinhamentos a valores de mercado, baseados em pesquisa específica.

b - Remuneração reconhecida no resultado da Companhia - honorários (em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Conselho de administração	109	109
Diretoria executiva	56	714

Remuneração prevista para o exercício de 2018**Órgão, Nº de membros e Honorários**

Órgãos	Membros	Remuneração
Conselho de Administração e Diretoria Estatutária	7	R\$ 250.000,00

c - Quantidade de ações direta ou indiretamente detidas, emitidas pela Companhia ou por sociedades controladas, por membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em 31 de dezembro de 2017.

Companhia (Minupar Participações S/A.)**Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal**

Órgão	Nº de ações
Conselho de Administração	703.968
Diretoria Estatutária	-

Valepar S/A. (Controlada Direta)**Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal**

Órgão	Nº de ações
Conselho de Administração	-
Diretoria Estatutária	-

Ações Preferenciais Nominativas "A", sem valor nominal

Órgão	Nº de ações
Conselho de Administração	-
Diretoria Estatutária	-

Sulaves S/A. (Controlada Direta)**Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal**

Órgão	Nº de ações
Conselho de Administração	-
Diretoria Estatutária	-

d - Percentual da remuneração total de cada órgão, reconhecida no resultado referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos Controladores

Órgão: Conselho de Administração

Anos	2017
Membros	1
%	25%

Órgão: Diretoria Estatutária

Anos	2017
Membros	-
%	-

e - Valores reconhecidos no resultado de controladas (em milhares de reais)

Os valores reconhecidos no resultado de controladas, demonstrado nas tabelas abaixo, referem-se à remuneração de membros de suas Diretorias.

	Minuano	Valepar	Sulaves
Ano	2017	2017	2017
Membros	3	2	2
Valores (em milhares de reais)	658	-	-